

São Paulo — O risco da aceleração da inflação será o problema "mais sério" que o país enfrentará em 1985, alertou o presidente do Conselho de Administração do Banco Mercantil de São Paulo, Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, no relatório da diretoria aos acionistas. O documento acompanha o balanço de 1984, quando o banco apresentou um lucro líquido de Cr\$ 48 bilhões 701 milhões contra Cr\$ 23 bilhões 816 milhões no exercício anterior.

Para Vidigal, o país acaba de vencer "a mais grave crise econômica" desde 1930, e uma das principais causas da inflação é "o desequilíbrio das finanças públicas". Segundo ele, com a recuperação da economia, as empresas necessitarão de crédito e "será preciso que a pressão da dívida pública sobre o mercado de dinheiro haja arrefecido, bem como se instale uma experiência de redução da taxa inflacionária para que os juros possam baixar, possibilitando aos tomadores de recursos um custo compatível com a sua utilização econômica".

Juros

Em sua análise da economia, o presidente do Mercantil ressaltou a recuperação verificada a partir do segundo semestre de 1984, observando que as estimativas de um crescimento do Produto Interno Bruto da ordem de 3 a 4% superam o aumento da população, de 2,5%, o que representa um crescimento anual per capita positivo "pela primeira vez desde 1980". Parte substancial desse resultado, no seu entender, deveu-se ao esforço exportador cujos principais reflexos foram o crescimento das reservas cambiais e a melhoria das condições de negociação com os credores externos, além de outros fatores positivos.

Elogiou os trabalhos que resultaram na maior produção de petróleo e outros minerais, contribuindo para abrandar os problemas do balanço de pagamentos, mas criticou os métodos de combate à inflação. "Os resultados, no cômputo geral não foram satisfatórios", destacou. Reconheceu, no entanto, que a reconstituição de reservas internacionais provocou pressão na base monetária, "que o governo procurou anular através de operações de open market, as quais tiveram, por sua vez, influência altista sobre as taxas de juros".

Mas para Gastão Eduardo Vidigal era de se esperar que as medidas para controlar as finanças públicas fossem suficientes para compensar essa expansão. "O que ocorreu, no entanto, foi que o desequilíbrio do setor público continuou influindo negativamente sobre a economia em geral constituindo-se em fator de expansão monetária" lembrou.

Comentou, também, a decisão do Conselho Monetário Nacional de restringir a utilização dos depósitos em moeda estrangeira no Banco Central. Ao afirmar que tais depósitos — controlados para evitar novas pressões inflacionárias — "já ultrapassaram largamente o montante da base monetária e representam, potencialmente, fator de forte expansão dessa base".

Segundo o presidente do Mercantil, o fato positivo "foi a invulgar capacidade demonstrada pela empresa brasileira para enfrentar uma conjuntura desfavorável de recessão de demanda e altas taxas de juros". E — continuou — não somente sobreviver como em vários casos, "emergir da crise com aumento de produtividade, maior índice de liquidez e vendas crescentes ao exterior".